



MARIA DE LURDES RODRIGUES

A ministra de quem os professores não gostam

Mexeu nas aulas de substituição e no estatuto da carreira docente. Sofreu uma das maiores greves de sempre. Sindicatos e professores acusam-na de falta de diálogo. Ela responde que os urgentes problemas da Educação não se compadecem com experimentações. E indica a herança que gostava de deixar: parque escolar novo; escolas do 1.º ciclo a funcionar a tempo inteiro; redução do insucesso escolar; uma segunda oportunidade para os adultos que não puderam estudar. Não é uma revolução que persegue. Apenas uma política de pequenos passos. Mas que são para dar. “É muito determinada”, avisam os amigos. Com os quais Maria de Lurdes Rodrigues continua a ir a espectáculos de música. Para os lugares mais baratos.

Por que é que os professores não gostam da senhora? Fundação Gulbenkian, intervalo de um concerto, no Grande Auditório, de Trevor Pinnock (cravo) e amigos, com Händel na ementa musical.

Quem faz a pergunta à ministra da Educação é o efêmero aluno de um seminário sobre Sociologia das Profissões à professora que na terceira aula havia comunicado, desolada, à turma, que fora convidada para integrar o elenco governativo. Ainda tentara, mas não havia nenhuma possibilidade legal de prosseguir aquele contacto semanal, durante o semestre, com os alunos. Alguns dos quais alimentavam a esperança de a ter como orientadora de tese, numa matéria de que foi pioneira e permanece a grande especialista, em Portugal.

“Se estivesse no lugar dos professores, também não gostava da ministra da Educação”, responde Maria de Lurdes Rodrigues.

Aparentemente indiferente às expressões de surpresa de quem a reconhece (contam-se pelos dedos de uma mão os ministros e ex-ministros que frequentam concertos), de pé no meio do átrio, a voz por vezes abafada pelo ruído das conversas de ocasião, explica por que é que compreende as reacções de profundo desagrado dos professores face às medidas que está a tomar por estes dias, e que levarão os sindicatos à marcação de uma greve, não tarda.

Algumas das suas decisões mais polémicas, tem consciência, estão a pôr em causa o quotidiano dos professores. Porque abalam um importante elemento da sua cultura profissional: o de, à medida que progridem na carreira, irem tendo menos aulas. “Acho que se justifica o desagrado dos professores com a ministra. Também me desagradaria a mim. Eu trabalhei, como professora, sempre muito. E muitos professores trabalham imenso.”

Maria de Lurdes Rodrigues, 49 anos, ministra da Educação do Governo de José Sócrates (a terceira mulher entre as 25 personalidades que geriram a pasta, sozinhas ou em acumulação, desde o 25 de Abril) não fez um ano ainda no cargo. Mas as marcas que vai imprimindo no sector não deixam indiferentes nem professores, nem alunos, nem pais, nem sindicatos. Concretizou o novo processo de colocação de professores. Generalizou o inglês no 1.º ciclo. Alterou o período de funcionamento das escolas. Mexeu, sem negociação prévia, na organização dos horários dos professores, desencadeando um “tsunami” de protestos que, do lado sindical, culminaram na greve nacional do dia 18 de Novembro e congregaram milhares de professores em desfile pelas ruas de Lisboa.

Um olhar retrospectivo sobre o noticiário do último mês (passam hoje 30 dias sobre a greve nacional) mostra-nos uma sucessão de notícias, editoriais, artigos de opinião, fóruns, nos quais o ministério e a ministra, seu rosto identificador, continuam a surgir em primeiro plano. Sobre a avaliação dos manuais escolares, que lhe atraiu o apodo de “estalinista” por parte de editores. Sobre a retirada de crucifixos de escolas (em 20 ao todo, escreveu-se; talvez, na realidade, em não mais de três. Mas com um estrondar nacional). Sobre alegados comportamentos e traços de carácter lamentáveis de um dos seus secretários de Estado. Sobre alterações aos concursos.

As opiniões dividem-se em relação a quase todas estas medidas. Nalguns casos aplaudindo umas e lamentando outras. Simplificando, talvez se possa dizer que os professores criticam, os sindicatos atacam, os líderes de opinião oscilam, os pais apoiam.

“O facto de o Governo assumir uma parceria estratégica com os pais facilita o diálogo”, reconhece Albino Almeida, presidente há quatro anos da Confap (Confederação das Associações de Pais)

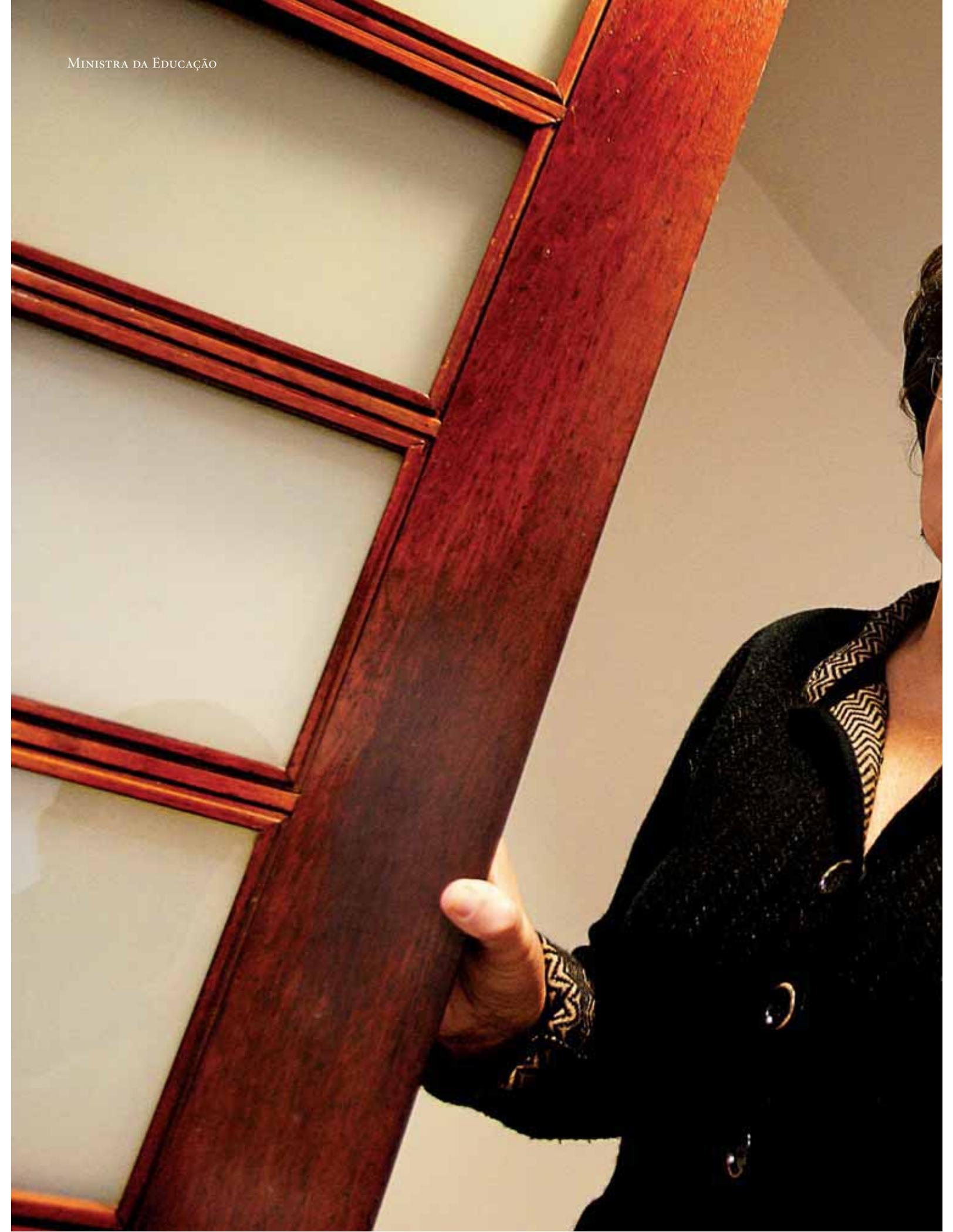
e ele próprio professor. Só por ocasião da greve conheceu a ministra pessoalmente, numa reunião “marcada, aliás, com muita rapidez”. Apreciou-lhe a capacidade de liderança (“Quem lidera, lidera alguma coisa”). E a disponibilidade para o diálogo: “É a ministra que mais falou connosco, dos quatro ministros [anteriores: Júlio Pedrosa, David Justino, Maria do Carmo Seabra] que conheci nestas funções.”

Elogio de que não comungam os sindicatos — leia-se Fenprof (Federação Nacional dos Professores, ligada à CGTP), pois a FNE (Federação dos Sindicatos da Educação, da UGT) assinou um protocolo de acordo com o ministério, nas vésperas da greve. “A Fenprof não gostou que a ministra da Educação se mantivesse relapsa à negociação até 15 de Novembro”, isto é, três dias antes da greve, critica Paulo Sucena.

O conhecido dirigente sindical junta, a este motivo de queixa, a “acrimónia” com que a ministra se refere aos professores, em relação aos quais a retórica política do discurso “vem sempre esmaltada de uma absurda malquerença”. Não estando em causa a sua seriedade e boas intenções, Sucena acusa-a de “cuidar que a melhoria da educação passa mais pelo furor religioso de um cruzado do que pelo génio estratégico de um Napoleão” e receia que esteja a sofrer os maus conselhos de “um qualquer Rasputine que funestamente se movimentou sob a penumbra dos andares altos do prédio da 5 de Outubro...”

A ministra alega ter feito algo inédito no ministério: encontrou-se com todos os 1600 presidentes de conselhos executivos do país. “Foi uma semana a reunir, de segunda a sexta.” Falta a prova de que uma mais prolongada preparação das medidas resultaria melhor, argumenta. E clarifica: “A minha preocupação não são os meus quatro anos: são as gerações de alunos. O secundário tem 300 mil alunos; o básico tem 900 mil. Não fazer nada significa que é um ano que se perde para esses. A alternativa ao que estava era zero.”

A quem esteja atento, chama a atenção, mais ainda do que o número de cartas de leitores que a imprensa generalista vem acolhendo, o tom de





→ sociólogo Manuel Villaverde Cabral. Com a primeira, sobre empresários, o que a levou a cruzar “o conhecimento sociológico com a realidade económica”; com o segundo (que foi também seu professor, aliás “brilhante”, segundo a própria), sobre atitudes sociais. “Aí radica” — pensa aquele professor jubilado do ISCTE — “a profunda convicção que ela ganha da importância da educação no desenvolvimento de Portugal.”

A aposta de José Mariano Gago, que a convidou, em 1997, para presidir ao recém-criado Observatório das Ciências e das Tecnologias, marcou-lhe, provavelmente, o destino.

Porque saiu, cinco anos depois, carregada de elogios. Mariano Gago classifica de “feito notável” a construção do Observatório “praticamente do zero” e lembra que foi ela quem montou também “todo o secretariado técnico da Missão Interministerial para a Sociedade da Informação”, permitindo que Portugal disponha “de dados fiáveis em matéria de Sociedade da Informação”.

Fez um “excelente trabalho”, integrada numa equipa que “contrastou [com a governação Guterres] pela visão e pertinácia do seu trabalho”, lembra, por seu lado, Manuel Villaverde Cabral. “Nunca tinha havido uma tentativa séria e continuada de estudo da produção científica e da evolução dos vários domínios do conhecimento em Portugal”, sublinhou Alexandre Quintanilha, director do Instituto de Biologia Molecular e Celular da Universidade do Porto, em declarações ao “JL Educação”, em Março passado).

A passagem pelo Ministério da Ciência aproximou-a definitivamente do PS, com quem passou a colaborar, através de Mariano Gago, em grupos informais de estudo.

A sua intervenção no seminário Novas Políticas para a Competitividade, organizado pelo grupo parlamentar do PS em finais de 2002, pode qualificar-se, a essa luz, premonitória. Em 2001, um em cada dois activos que passaram pelo ensino secundário não o concluíram. “Só este número já justifica uma política maciça”, alertou, chamando a atenção para o facto

de um milhão e oitocentos mil activos terem ainda um nível de instrução inferior à escolaridade obrigatória.

“Ela percebeu que com as regras actuais não é possível ultrapassar o défice de escolarização dos portugueses”, observa António Dornelas.

A entrada no Governo era, pois, algo que se podia antever em caso de regresso do PS e que terá mesmo desejado, segundo alguns, que não esperavam vê-la. no entanto, num ministério de que está ausente o ensino superior. A ida para a Educação — uma pasta conhecida na gíria das elites governamentais como “a frigideira” — não deixa de preocupar os amigos. “Tem o osso mais duro de roer”, diz João Freire. “Não é lugar desejável”, comenta António Dornelas. Tal como as Finanças e o Trabalho (este último, um ministério em que ele próprio foi secretário de Estado, no último Governo de Guterres). “É preciso muita coragem. Não chega ser competente.”

Razões, precisamente, para a escolha, diz um apoiante da maioria que prefere manter o anonimato: “Se juntarmos a centralidade que António Guterres deu à Educação aos apertos orçamentais da actualidade, compreenderemos facilmente que era preciso um corte com o tipo de ministros do passado, nesta pasta.” Uma maneira de acentuar uma característica que faz a unanimidade nos que a conhecem: a “grande determinação” e a tendência para “cortar a direita” nas tarefas com que se compromete. Ou, na visão crítica de um amigo do ISCTE, que prefere manter o anonimato, “uma obstinação rara, que pode resvalar para um certo autoritarismo e que é muito difícil de parar”.

O percurso pessoal e escolar de Maria de Lurdes Rodrigues ilustra alguns destes traços de personalidade. Em 1976, a meio do curso de Sociologia, parte para Moçambique com o marido. Tem 21 anos e quer ajudar a revolução. Permanece quatro anos. Primeiro em Maputo, no Ministério do Trabalho, onde trabalha na área da formação profissional; depois no Monapo (Nampula), num complexo fabril em que se extrai óleo de sabão a partir de copra e se descasca caju.

Responsável do sector social (creche, refeitório, cantina) e da formação profissional, desenvolve junto dos 2500 operários um programa de alfabetização em massa, que decorre à hora de almoço (“a empresa dava uma hora, os operários outra”).

Vive a experiência intensamente, profissional e socialmente. Sente, muito directamente, o choque de culturas quando quer salvar um gémeo a quem

Tem uma “obstinação rara, que pode resvalar para um certo autoritarismo e é difícil de parar”

a mãe abandonou, para que morresse, por ser o mais fraco, ou se confronta, quando nele pretende intervir, com o caso de uma menina “dada” aos 12 anos em casamento.

Decide que não ficará quando, com os 40 outros cooperantes portugueses, se vê forçada a assistir à aplicação “ao vivo” da lei do chicote, introduzida pelo regime de Samora Machel.

Concluíra, entretanto, que precisava de estudar e de aprender mais. Regressa a Portugal e ao ISCTE, a que alguns chamavam “a nossa pequena Nanterre”, referindo-se ao encontro de uma geração vinda do antigo regime e do catolicismo com esquerdistas (“Não sei se é comum: nela vive-se uma plena autonomia, e há um grande acolhimento de ideias e experiências. Sinto saudades”, diz a ministra).

Faz a tese de licenciatura vivendo no terreno a célebre greve dos Vidreiros da Fontela — carregada →

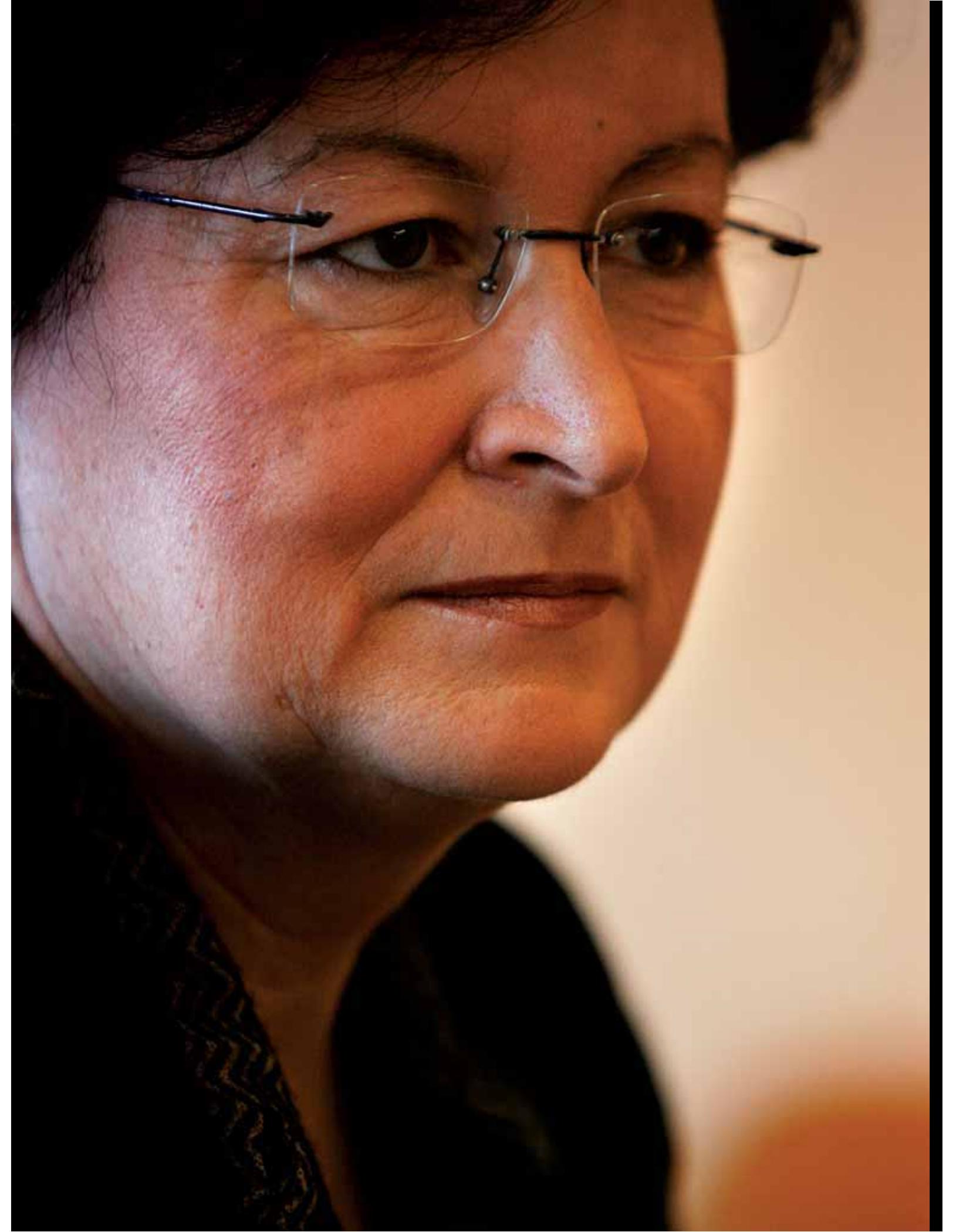


VENHA A ANDORRA. QUANTO MAIS TEMPO FICAR, MAIS DESFRUTARÁ.



Se quiser descobrir o verdadeiro significado da palavra desligar, basta vir a Andorra neste Inverno. Adentrar-se num país com 2.700 hectares de neve, 2 grandes domínios para esqui (Grandvalira e Vallnord) e 1 estação de ski nórdico, 350 hotéis, 400 restaurantes, mais de 2.000 lojas, 3 centros termas e a mais ampla oferta em après-ski. Venha a Andorra neste Inverno e esqueça-se de tudo. Mas venha com tempo. Quanto mais ficar, mais desfrutará.





Concertos no balcão, ópera no galinheiro...

Relutante inicialmente, Maria de Lurdes Rodrigues acaba por aceitar falar das suas preferências musicais e literárias. Dois dos amigos já contaram como continuam a comprar, juntos, os bilhetes para a temporada da Gulbenkian (“Para o balcão, somos professores”), incluindo os concertos, no Coliseu, das Grandes Orquestras Mundiais, a que assistem no galinheiro (“Vê-se melhor e a acústica, ali, é fantástica”).

Gostou do violoncelista Yo-Yo Ma, há semanas, mas achou-o “arredondado, melodioso” em excesso. Prefere Rostropovich e Casals. Aponta, entre os compositores preferidos, Schubert e Mahler (“Canção da Terra” e “Canções das Crianças Mortas”). Gosta muito de ópera. Adora vozes — Cecilia Bartoli, entre outras, e, desde há poucos dias, Victoria de Los Angeles, depois de a ouvir numa gravação histórica editada pela Antena 2.

Avisa, porém, que basta ver a sua discoteca (onde há também muito jazz) para perceber que a relação que tem com a música é de “fruição” e não de melômana, no sentido de conhecedora. E conta como, ao acaso de conversas em lojas de Buenos Aires, donde acabou por sair com duas dezenas de discos, descobriu uma cantora de tango argentina e uma opereta de Artur Piazolla.

A falta de tempo limita-a, neste momento, a leituras de contos e à poesia. Acabará, porém, por mencionar nomes e títulos que vão do “Quarteto de Alexandria”, de Lawrence Durrell, que a marcou na juventude, a “Todas as Manhãs do Mundo”, de Paul Quinard (“o título mais bonito deste autor”, que aconselha) e abarcam Clarice Lispector, Amos Oz (“A Caixa Negra”), Joseph Conrad, Olivier Rolin (de quem leu há pouco “O Cerco de Cartum”, “desolador”) e, entre os portugueses, Vergílio Ferreira, José Cardoso Pires, Ruben A. E, “evidentemente”, O’Neill e Pessoa. Mas também os mais recentes Riço Direitinho e Maria do Rosário Pedreira. ●

→ de “momentos de fortíssima expressão com um lado festivo muito sublinhado” — em meados da década de 80.

Reata entretanto o contacto, agora mais próximo no plano académico, com João Freire, com quem se cruzara na sede do jornal “A Batalha”, órgão histórico do anarco-sindicalismo, e com Maria Alexandre Lousada, com quem colara etiquetas no jornal, em 1975. Na Biblioteca Nacional integra a equipa que pesquisa toda a documentação anarco-sindicalista em Portugal.

Confirma, corrigindo-a apenas em pequenos pormenores, a história que se conta sobre o dia em que, com outros colegas, fez uma espera a um professor porque este aderira a esse “partido burguês” que era o PS. Acha que não foi uma espera e que não empregou a palavra “burguês”. E contextualiza o episódio: o professor era Serras Gago, com quem partilharia mais tarde o gabinete no ISCTE. Ele tinha abandonado o MES e aderido ao PS e os alunos queriam perceber as razões daquela mudança em alguém que lhes ensinava Sociologia Política e tanto discutia com eles sobre política.

Faça-se-lhe provocação semelhante, décadas depois, e pergunte-se o que leva uma anarco-sindicalista a entrar num governo burguês. A resposta sairá, sem tegiversações: “O desejo de conciliar interesses, em vez de ignorar que eles existem.”

Considera negativa a tendência para dividir os homens em bons e maus, honestos e desonestos. O mais importante é identificar os interesses e depois conciliá-los. O que, admite, nem sempre é fácil, exemplificando com a sua própria tarefa no ministério: “O que é o interesse público? Onde passa a linha dos interesses de alunos, pais, escola, professores, políticos?”

O PS, prosseguirá, garante “governabilidade”, isto é, a identificação dos problemas e a sua resolução. “É, à esquerda, o único partido com esse sentido, dentro de um quadro que tem

a Europa e a democracia política como referências essenciais.”

Do anarquismo — dirá por fim — guarda, muito clara, a consciência de que está do lado do poder. E isso leva-a a ter um maior cuidado “no respeito pelos pontos de vista do outro”.

Maria Alexandre Lousada vê as marcas do anarquismo noutra aspecto da acção governativa: “Prefere, à revolução, a política de pequenos passos. Alguns têm a ver só com o quotidiano. Muitos até são coisas que já estavam [legisladas].”

Aceita falar das virtudes e dos defeitos que lhe apontam, para além da determinação — que se move por objectivos, que tem a obsessão dos prazos, que é autista e impaciente. Reconhece

o último defeito e rejeita o penúltimo: “Não sou autista. Esforço-me por ter atenção às observações. Aprendi, enquanto socióloga, a ouvir e observar. Mas acho que me impaciente, às vezes, demais.”

Simplex, discreta, divertida no convívio, obstinada no trabalho, conclui-se das inquirições juntos dos amigos.

A curiosidade jornalística é sustida, porém, à porta da esfera privada. “É uma mulher secreta”, avisara um colega. “O que é que interessa isso para um perfil da ministra da Educação?”, responde ela, recorrentemente, quando as perguntas versam amores (é divorciada), o bairro que habita, o curso que a filha frequenta, os restaurantes preferidos. Ainda deixa que se saiba que manteve os hábitos antigos, inclusive o de almoçar muitas vezes na Versalhes. Que vai jantar normalmente a casa, para onde leva trabalho, como antes. Que continua a ouvir a Antena 2, mas agora mais também a TSF, por causa da nova necessidade de estar a par das notícias mais urgentes. Não faz vida social (as funções de representação externa ficaram para os secretários de Estado). →

Não sou autista. Aprendi a ouvir e observar. Mas acho que me impaciente, às vezes, demais

... e os “Ferreira Dias” que não conhecemos

Pára, quando se quer ir mais longe, no inquérito. Não lhe agrada indicar os melhores. Mesmo da política — que pratica assumidamente hoje (“Sou ministra, neste momento, não sou professora. Assumo-me, por isso, sem hesitações, como política. Até voltar à docência”). Ficam sem resposta, pois, as perguntas sobre que ministro da Educação mais aprecia, no pós-25 de Abril. Ou quais os nomes mais importantes da História de Portugal. “Não me sinto confortável a fazer estes exercícios e a responder. Na História, o papel dos líderes políticos e das personalidades é muito importante, mas os processos de mudança são no geral também colectivos. E depois há o problema do nível a que nos situamos e o nosso conhecimento que é muito limitado.”

Recorre ao seu baú temático por excelência — a engenharia — para sustentar o raciocínio. “O nome de Ferreira Dias diz-lhe alguma coisa? No campo da história da engenharia e do desenvolvimento industrial em Portugal (que foi o que eu estudei melhor) é uma figura fascinante, pelos sonhos como pelas realizações. Mas com este exercício ficam de fora inúmeras áreas como a música, as letras, a educação, a política, etc., onde se destacaram muitos Ferreriras Dias que ou não conhecemos ou não conseguimos lembrar.”

Acaba por dar a resposta mais óbvia e adequada à conjuntura, para um ministro de Sócrates, no que respeita ao político que mais admira, dos últimos 30 anos: “Mário Soares, pelo seu papel na construção da democracia e na integração de Portugal na Europa.” E a politicamente correcta quanto aos seus colegas da Educação: “Muitos deles não tiveram, nem condições políticas, nem condições de tempo, para cumprir a missão. Estou convencida que todos tentaram.”

Contrária, a propósito, a ideia feita, muito espalhada, de que uma licenciatura de hoje equivale a um bom quinto ano do liceu de antigamente. “Estou convencida que hoje há muitos mais jovens muito melhores, com mais qualificações, mais conhecimentos e mais competências do que na minha geração”, diz. Tão convicta como quando rejeita a ideia de que o ensino falhou no pós-25 de Abril, ponto final. “Ainda não se concretizou o projecto da democratização do ensino, o projecto de uma educação de qualidade para todos”, replica. “É um caminho que fazemos todos os dias e que ainda não chegou ao fim.” ●

→ Desagrada-lhe “a excessiva exposição pública” que este tipo de cargos implica: “Estamos muito vulneráveis, muito pouco protegidos para patifarias.” Dá como exemplo o que tem acontecido ao secretário de Estado, Valter Lemos. “Hoje em dia não chega ser nem parecer, nem andar de consciência tranquila. Em qualquer momento, atiram lama para cima de uma pessoa e ela fica-lhe colada à pele. Ninguém jamais reparará o dano que lhe estão a fazer.”

Socorre-se do que aconteceu a uma amiga, acusada por uma bomba de gasolina de sair sem pagar. “Teve a sorte de ter acontecido no Ano Novo, em que ela sabia perfeitamente para onde ia. Vasculhou a casa à procura do recibo e conseguiu encontrá-lo. Mas foi ela quem teve que provar que pagou. Para uma pessoa anónima isto pode não ter importância; para um político toma uma dimensão incontrolável.”

Passou um mês e meio sobre o encontro na Gulbenkian. O jornalista, e não já o efémero aluno de seminário, repete a pergunta à, agora, ministra.

— Por que é que os professores não gostam da senhora?

Maria de Lurdes Rodrigues está sentada num dos sofás do gabinete, no 13.º andar do edifício (onde hoje — manhã cinzenta de sábado — se encontram apenas um porteiro e dois elementos do “staff”), da Avenida 5 de Outubro, em Lisboa. Reconhece a pergunta. “Não se está na política para se ganhar popularidade, mas para se fazer determinado trabalho. Às vezes isso é punido com um alto preço.” Alude ao tal importante elemento da cultura profissional dos professores: “Se sou professora, sei que quando chegar aos 40 anos tenho

esta redução, que quando chegar aos 50 tenho mais redução. A vida das pessoas organiza-se em função disto. A alteração que se propõe abala muito. Mas não há outra coisa a fazer.”

Repete a anterior resposta, quase palavra a palavra: “Acho que se justifica o desagrado dos professores com a ministra. Também me desagradaria a mim. E desagrada-me mais ainda como ministra. Muitos professores trabalham imenso. No último ano em que ensinei, dava 23 horas de aulas por semana. Tinha 286 alunos. Se viesse um ministro dizer-me, administrativamente: ‘A senhora agora passa a ter mais xis horas de componente não lectiva’ quando a minha componente não lectiva não tem sequer limite, eu não ficava zangada, ficava furiosa.”

Completa agora o raciocínio: “Eu percebo isso. Mas não são um, nem dois. A maior parte dos professores têm a vida acomodada a esta situação. Ora, os problemas que temos à espera de resolução não se resolvem mantendo a actual situação.”

Acha legítimas mas pouco relevantes as críticas à falta de diálogo. Porque dizem respeito apenas à forma e não à substância do problema. “As questões da educação têm uma urgência que não se compadece com experimentações.” E indica quatro sonhos que lhe alimentam o mandato:

1. “Se fosse rica”, um parque escolar todo novo — “metade das escolas do 1.º ciclo são do tempo de Salazar: sem biblioteca, sem refeitório...”;

2. As escolas do 1.º ciclo a funcionar a tempo inteiro — idealmente de manhã as matérias curriculares e de tarde a piscina, o inglês, as ex-

pressões, o teatro, a música, o que fosse. “Não é uma utopia. É realizável”;

3. Resolução do insucesso escolar;

4. Dar uma segunda oportunidade aos adultos, pagando “a dívida histórica das gerações dos anos 60, em que apenas 5 por cento dos jovens entravam na universidade. A maior parte das universidades não tem cursos nocturnos e o ‘ad-hoc’ morreu.” →

Talhava os seus próprios vestidos. Faz coisas elementares sem qualquer problema



IRISH WHISKEY



Será por ser tão sociável?

Sempre que se fala da Irlanda, vem à memória o verde da ilha, a cultura celta, os cabelos ruivos, a melhor banda das últimas décadas, o péssimo tempo e a alegria do povo Irlandês.

Não é estranho? Mau tempo e povo alegre?

Há quem diga que a resposta poderá estar no suave gosto de um Jameson.



THERE'S SOMETHING ABOUT JAMESON*

*HÁ ALGO DE ÚNICO EM JAMESON.

Seja responsável. Beba com moderação.



→ E se a contestação prosseguir, como tudo indica?

Villaverde Cabral acha-a natural, embora pessimamente conduzida pelos sindicatos. A ministra — “cujos secretários de Estado pouco ou nada julgo terem a ver com ela (foram-lhe certamente impostos pela máquina partidária)” — tem seguido uma posição habitual no ministério: “Responsabilizar os professores pela crise do sistema, o que só em parte é exacto e não deve fazer esquecer a responsa-

bilidade muito maior que as equipas ministeriais nela têm, pelo menos desde o tempo do dr. Cavaco”.

João Freire considera que “motivos de descontentamento os professores têm-nos. Mas mais motivos tem a sociedade, e neste caso a ministra, para prosseguir a sua orientação”. O problema, para Alexandre Lousada, é perceber-se o que ela quer fazer, realmente. “Que há medidas desagradáveis, mas que com elas o que se

pretende é dignificar o ensino público e os professores.”

Para passar essa mensagem, espera João Freire, a ministra deve ir às escolas “sem anúncios à comunicação social”, e “ultrapassando intermediações”, até porque “tem especiais aptidões para estas sondagens à realidade.”

A ideia de alguma quebra psicológica, entrevista por alguns em certo momento de uma recente emissão do Prós e Contras, da RTP, afigura-se impensável a este sociólogo. “Não irá abaixo. Só se for ‘a posteriori’. É uma mulher de armas.”

Sindicatos e professores devem preparar-se, avisa o colega com visão mais crítica: “Não aceitou o cargo para se pavonear mas para aplicar um programa”. E para isso “embora sempre directa e correcta, usará todos os meios possíveis para alcançar os objectivos programáticos que estabeleceu”.

Coisa diferente é saber-se se José Sócrates se disporá, caso necessário, a “comprar” uma guerra com a classe dos professores. Mariano Gago não responde mas elogia na ministra o “sentido agudo de justiça e de preocupação social”, qualidades que “exigem muita coragem”, observando que só com esta “se pode combater o inaceitável nível de insucesso escolar”.

António Dornelas, que conhece por dentro os problemas da articulação partido-Governo, espera que Sócrates lhe mantenha a confiança. Não se admirará, porém, se tal não acontecer. “Não trocou o presidente [francês François] Mitterrand [o antigo presidente da Comissão Europeia, Michel] Rocard por uma [Edith] Cresson qualquer?”

Permaneça no Governo ou regressa à universidade, Maria de Lurdes Rodrigues continuará igual a si própria, garante João Freire. “Não tem limites preconceituosos. Durante anos talhava os seus próprios vestidos. Faz coisas elementares sem qualquer problema. É estrutural nela.” O que quer dizer que amanhã, quando a política acabar, “poderia ir para tarefas quase técnicas”. Só não vai, remata, “porque as pessoas conhecem as suas capacidades”. ●